

ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA DE LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS RECOMENDADOS PELO PNLD 2013 EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

LUCIMARA DEL POZZO BASSO – Universidade Federal de Santa Maria
EDUARDO ADOLFO TERRAZZAN – Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO: Este artigo apresenta o estudo sobre o processo de escolha de livros didáticos de Ciências Naturais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental recomendados pelo PNLD 2013 em Escolas de Educação Básica. Para esta pesquisa, participamos de reuniões/encontros organizados pelas escolas para a escolha dos livros didáticos a serem utilizados no próximo triênio (2013, 2014 e 2015). O acompanhamento do processo de escolha de LD nessas escolas nos permitiu constatar que: (1) a escolha do LD pelos professores foi influenciada por uma determinada editora; (2) os professores elegem critérios próprios de escolha dos livros; (3) foram os professores dos 4º e 5º anos que escolheram os livros didáticos de ciências a serem adotados por toda a escola; (4) as escolas organizaram, no mínimo, um encontro/reunião para a escolha dos livros didáticos.

PALAVRAS-CHAVE: PNLD; Escolha de Livro Didático de Ciências; Escolas de Educação Básica. Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

STUDY ON THE PROCESS OF CHOOSING SCIENCE TEXTBOOKS RECOMMENDED BY THE PNLD 2013 IN SCHOOLS OF BASIC EDUCATION

ABSTRACT: Studies the process of choosing textbooks of Natural Sciences in the first years of elementary school recommended PNLD 2013 Basic Education in Schools. For this research, participate in meetings organized by schools to choose the textbooks to be used in the next three years (2013, 2014 and 2015). The monitoring of the choice of LD process in these schools allowed us to observe that: (1) the choice of LD teachers was influenced by a specific publisher; (2) teachers elect their own criteria for choosing books; (3) teachers were the 4th and 5th years who chose the Science textbooks to be adopted throughout the school; (4) schools organized at least a meeting for the choice of textbooks.

KEYWORDS: PNLD; Choice of Textbook science; Basic education schools; Early years of elementary school.

INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se a uma das ações investigativas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos, Pesquisas e Intervenções “Inovação Educacional, Práticas Educativas e Formação de Professores” (Gepi INOVAEDUC). Neste trabalho, a ação investigativa trata do processo de escolha de livros didáticos recomendados pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), este entendido como uma das atuais políticas educacionais brasileiras.

A pesquisa foi realizada durante o primeiro semestre de 2012 em Escolas de Educação Básica (EEB) da cidade de Santa Maria/RS e procurou caracterizar o processo de escolha de livros didáticos (LD) de Ciências dos anos iniciais do ensino fundamental recomendados pelo PNLD 2013.

O foco na escolha de livros didáticos de Ciências justifica-se por dois argumentos principais. O primeiro argumento refere-se ao fato de que o ensino de Ciências na educação básica, em especial nos anos iniciais, tem uma relevância no contexto científico e tecnológico que vivemos, pois é visto como uma oportunidade para formar sujeitos críticos e autônomos

que possam entender e agir neste mundo complexo rodeado de inovações tecnológicas e de problemas de ordem econômica, política, cultural e socioambiental.

A defesa do ensino/aprendizagem de ciências, desde o início do processo de escolarização, se justifica por várias razões. Em primeiro lugar, compartilhamos das ideias de Fumagalli (1998) ao afirmar que o ensino de ciências na escola é necessário e fundamental porque é um direito da criança aprender ciências, uma vez que trata-se de um sujeito possuidor de características próprias, capaz de compreender e significar o mundo em que vive. A segunda defesa refere-se ao papel que a escola representa na sociedade como espaço de divulgação da cultura elaborada e de formação de sujeitos. Mesmo com as constantes mudanças e a proliferação de informações advindas dos meios de comunicação, a escola deve ser considerada como o lugar de formação dos educandos, difundindo o conjunto de conhecimentos culturais socialmente construídos necessários para a participação na vida em sociedade. Por fim, sendo a criança um sujeito social, ela deve ter acesso ao conhecimento científico de forma a possibilitar uma melhor compreensão e interação com o mundo que a cerca e favorecer a participação ativa e crítica na sociedade. A criança deve ser entendida não somente como o sujeito do futuro, mas, acima de tudo, como um ser social, dotado de capacidade de aprender e sujeito do presente.

Embora exista um consenso entre os pesquisadores da área sobre a importância do ensino de ciências desde os primeiros anos da escola, pesquisas e estudos mostram que tal ensino ainda não alcançou o papel desejado nas práticas escolares. Nos anos iniciais do ensino fundamental, as disciplinas curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática assumem um papel predominante frente às demais disciplinas. Nessa etapa de escolaridade, além do pouco valor dado às ciências, estas são vistas como difíceis de ensinar e acredita-se que tal educação está aquém da capacidade das crianças de aprenderem.

O segundo argumento diz respeito à importância que o LD tem no processo de ensino/aprendizagem e no trabalho escolar, o que o tem tornado objeto de estudo tanto de grupos de pesquisa como de pesquisadores individuais no contexto da pesquisa em Educação no país. A partir da década de 1990, observa-se uma expansão do quantitativo de pesquisas na área da Educação, que se dedicam: a) à avaliação dos conteúdos presentes em LD; b) ao processo de escolha e de utilização de LD; c) ao impacto da política educacional de LD no âmbito do PNLD (MUNAKATA, 2012).

Assim sendo, neste trabalho nos debruçaremos sobre o processo de escolha de Livros Didáticos em Escolas de Educação Básica (EEB). Pretendemos, na próxima seção, destacar alguns argumentos sobre a forte presença do livro didático nas salas de aula das escolas brasileiras a partir da implementação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e, nas seções seguintes, apresentar os encaminhamentos metodológicos da pesquisa, bem como os resultados construídos.

LIVRO DIDÁTICO E O PNLD

O livro é considerado um importante instrumento de trabalho do professor, pois ele provê um conjunto de textos e de atividades que viabilizam a ação docente. Rojo (2005) classifica três modos de usar o livro didático: (1) como arquivo de textos ou exercícios que o professor escolhe para preparar sua aula; (2) como projeto de ensino dos autores que pode substituir o projeto de ensino docente e (3) como suporte ao seu projeto de ensino, utilizado pelo professor de maneira flexível e subordinada a seu próprio projeto, mas não de maneira aleatória. Esse último modo de utilizar o livro didático seria o mais recomendado, pois não fere a autonomia do professor: o livro é utilizado como mais um, dentre os vários

instrumentos, para o exercício do seu trabalho e execução do seu plano de ensino e, também, porque respeita o projeto político-pedagógico da escola.

Entre as várias razões que justificam a forte presença do livro didático no processo de ensino/aprendizagem, destacam-se: a) implementação do PNLD, que garante o atendimento a todas as regiões e localidades do território brasileiro; b) ampla jornada de trabalho do professor, que possibilita que os LD se transformem em manuais pedagógicos, o que se coaduna plenamente com a intenção dos autores de LD e editoras, pois o professor não tem mais tempo para preparar e planejar suas aulas; c) praticidade dos LD, uma vez que esses materiais oferecem textos de leitura, atividades e exercícios aos alunos; d) valorização do livro como objeto de aquisição e valor cultural devido à propaganda mercadológica (DEL POZZO, 2010).

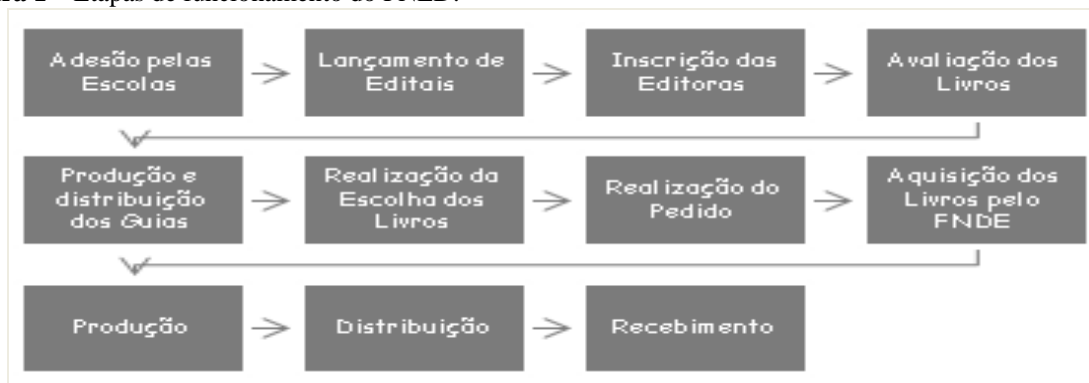
No caso particular dos livros didáticos para o ensino de Ciências, esses materiais devem estar organizados de maneira a apresentar textos, técnicas e procedimentos para os alunos apreenderem o mundo em que vivem. Assim, o livro de Ciências representa a comunidade científica no contexto escolar, carecendo de dialogar com as outras áreas do conhecimento, além de caracterizar a ciência como produção e construção humana.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado a partir do Decreto-Lei nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, e financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é uma política educacional do Estado brasileiro com a expectativa de atender a uma demanda que adquire caráter obrigatório com a Constituição de 1988 (Art. 208), reafirmada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9.394/96, em que o Estado assume o compromisso de garantir o: “(...) VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

O decreto de criação do PNLD estabeleceu como objetivos: (a) atender a todos os alunos do ensino fundamental e, desde 2004, também os do ensino médio do sistema escolar público, (b) avaliar, distribuir e adquirir, gratuitamente, Livros Didáticos, a fim de colaborar para a universalização do ensino e para o processo de ensino/aprendizagem nas instituições escolares.

De modo geral, o funcionamento do Programa tem apresentado as mesmas características em suas edições mais recentes, que podem ser agrupadas em quatro grandes momentos, a saber: (1) avaliação e recomendação de LD; (2) escolha de livros por professores de escolas de educação básica; (3) envio dos LD e recebimento desses nas escolas; (4) utilização dos livros por professores e alunos. Abaixo, encontra-se uma figura esquemática com as etapas de funcionamento do PNLD:

Figura 1 – Etapas de funcionamento do PNLD.



Fonte: Basso; Campos; Rodrigues (2012).

Com a implementação do PNLD, o livro didático se tornou um material efetivo nas escolas de educação básica. A eficácia do programa configurou-se como política de Estado e, nas últimas duas décadas, o Ministério da Educação (MEC) vem implementando ações que visam à melhoria da qualidade do livro didático, a saber: instituição da avaliação dos LD; definição de critérios avaliativos desses materiais; organização de uma equipe de avaliadores; elaboração e publicação de Guias de Livros Didáticos com as resenhas analíticas dos livros para apreciação pelos professores.

Dentre essas ações do MEC, a criação da avaliação de livros didáticos possibilitou a participação democrática do professor no processo de escolha dos livros. Esse processo é visto pelo PNLD como um momento importante para a educação brasileira e para o trabalho docente, uma vez que o professor pode selecionar, dentre as obras avaliadas e aprovadas pela instância governamental, os livros que melhor atendem aos objetivos do seu trabalho.

Todavia, tal atividade não é simples nem fácil, visto a diversidade de livros didáticos disponíveis no mercado. Para Núñez *et al.* (2003), a participação no processo de escolha de LD exige do professor competência para realizar, junto com seus colegas de trabalho, uma escolha consciente. De acordo com os autores, os professores devem apresentar um conjunto de saberes a serem mobilizados para assumir a responsabilidade ética de selecionar os livros didáticos, bem como estar preparados para avaliar as possibilidades e limites dos livros recomendados pelo MEC, afinal o livro deve ser um, dentre outros materiais, para o ensino de Ciências. Espera-se que os livros recomendados pelo MEC sejam complementados e adequados pelos professores.

Além disso, é necessário considerar que o livro didático é produzido para uma criança genérica. Portanto, no momento da escolha do livro, o professor deve pensar nos alunos reais, nas necessidades e possibilidades que lhes são características, no contexto real de vida dos alunos e no projeto político-pedagógico da escola (NÚÑEZ *et al.*, 2003, p.3). Isso permite inferir que a escolha do material deve ser um ato coletivo, de responsabilidade de todo o grupo de professores, ou seja, de toda a escola. Para Rojo (2006), o processo de escolha do livro é um momento de diálogo do professor com o autor do livro didático.

O momento da escolha do livro didático faz parte da composição de um cenário, de uma arrumação da sala de aula e da escola para receber seus protagonistas mais importantes: seus alunos [...]. Assim, também compor o cenário da escola com textos, livros e materiais que estejam de acordo com o perfil e as necessidades dos alunos que vamos receber é parte fundamental do planejamento de ensino. Por isso, nesse momento, o professor deve dispor de tempo, condições e orientações suficientes para que possa fazer a escolha de comum acordo com os colegas interessados e de maneira ponderada e responsável (ROJO, 2006, pp.50-51).

Pode-se aludir que a avaliação de livros didáticos acontece em duas etapas. A primeira etapa refere-se à avaliação realizada pela equipe de avaliadores do MEC (professores e pesquisadores da área de conhecimento) vinculados às universidades públicas das diversas regiões do país. A segunda etapa trata da avaliação dos livros por parte dos professores, ou seja, da escolha realizada na escola. Nessa etapa, Rangel (2005) afirma que é fundamental a elaboração de critérios explícitos de escolha, que considerem os objetivos gerais e específicos do Ensino Fundamental, bem como as especificidades da escola e o seu projeto político-pedagógico. Assim, é necessário “organizar a equipe escolar para o processo de escolha, de forma a incluir todos os educadores diretamente responsáveis pelo ensino” (RANGEL, 2005, p.33).

Segundo esse autor, o primeiro passo para a organização e construção dos critérios de escolha pode versar em ler com atenção as resenhas do Guia de Livro Didático, que é

elaborado para subsidiar o professor na escolha dos livros, a fim de conhecer todo o conjunto de opções à disposição da escola.

Entretanto, pesquisas realizadas nos últimos anos (TOLENTINO NETO, 2003; ZAMBON e TERRAZZAN, 2013) têm evidenciado a pouca importância que os profissionais da educação têm dado a esse momento e ao uso do Guia para a escolha dos materiais. Esses trabalhos têm mostrado, ainda, que esse fato pode ser decorrente da falta de conhecimento sobre o funcionamento do PNLD e sobre o papel fundamental que os professores desempenham no processo de escolha de livros didáticos. Ademais, o recebimento tardio dos Guias de Livros Didáticos pelas escolas é outro fator que corrobora para o não uso desse documento no processo de escolha.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As fontes de informação utilizadas nesta pesquisa são *Espaços* (Reuniões/Encontros pedagógicos) destinados à escolha de livros didáticos recomendados pelo PNLD em Escolas de Educação Básica da Rede Escolar Pública Municipal da cidade de Santa Maria/RS. Esses encontros foram pautados pela observação participante, na qual o grupo observado, no caso os professores de Escolas de Educação Básica, foi comunicado pelo pesquisador sobre as intenções da pesquisa. Nessa situação, o observador participa das atividades do grupo, contribui e auxilia, mas não deixa de representar seu papel de observador. Esse tipo de procedimento possibilita ao pesquisador observar o campo de pesquisa “a partir de uma perspectiva de membro, mas deverá, também, influenciar o que é observado graças a sua participação” (FLICK, 2009, p.207).

No caso específico desta pesquisa, nossa participação nesses encontros dizia respeito a auxiliar os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nesse processo, de modo a apresentar os critérios de avaliação do PNLD e as resenhas-sínteses dos avaliadores. Para isso, foram realizados um estudo prévio do Guia do Livro Didático do PNLD 2013 e a elaboração de um quadro-síntese que contemplava os seguintes aspectos: 1) descrição da coleção; 2) análise da obra; 3) abordagem do conteúdo; 4) abordagem pedagógica; 5) ciência, experimentação e pesquisa e 6) manual do professor.

A Rede Escolar Pública Municipal de Santa Maria/RS é composta por 44 escolas localizadas na zona urbana da cidade, que atendem as etapas I e II do Ensino Fundamental e, algumas, também a Educação Infantil. Desse universo potencial, tivemos contato com 20 escolas, mediante ligações telefônicas e visitas, a fim de solicitar a permissão para participar das reuniões/encontros pedagógicos para a escolha de LD recomendados pelo PNLD 2013. Desse total, obtivemos a resposta favorável de nove escolas, que se mostraram receptivas a nossa participação nesses encontros e que constituem, assim, a amostra desta pesquisa.

CONSTITUIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com as orientações do MEC, as escolas são autônomas para organizarem as reuniões para o momento de escolha dos livros didáticos. A única orientação recebida pelas escolas da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Santa Maria/RS (SMED/SMA) é no sentido da preferência por escolher uma mesma coleção para todos os componentes curriculares, de modo que as coleções escolhidas apresentem uma proposta compatível entre si e com o projeto político-pedagógico da escola.

Diferentemente dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, os professores dos anos iniciais do ensino fundamental escolhem os livros para todos os componentes curriculares, o que acarreta uma sobrecarga de trabalho e, muitas vezes, dificulta

a qualidade do processo de escolha. Se considerarmos que todos os livros recomendados pelo PNLD são distribuídos nas escolas para a escolha do professor, na última edição do PNLD (2013) os professores tinham 180 coleções didáticas para analisarem, distribuídos em: 23 de Geografia e 02 de Geografia Regional do Rio Grande do Sul; 34 de História e 01 de História Regional; 23 de Matemática e 24 de Alfabetização Matemática; 22 de Língua Portuguesa e 28 de Alfabetização e Letramento e 23 de Ciências.

Percebemos que as escolas iniciam a mobilização para o processo de escolha de livros a partir do recebimento de obras e da visita de representantes das editoras. Essa constatação também aconteceu na pesquisa de Zambon e Terrazan (2013), que relataram que a escolha dos LD em escolas do Ensino Médio era *disparada* pela chegada dos livros pelas editoras.

A partir do recebimento dos livros didáticos, a coordenação pedagógica organiza o processo de escolha desses materiais na escola. Percebemos que em todas as escolas assistidas (nove), a coordenação já disponibiliza os LD para análise do professor assim que esses materiais chegam à escola. Esses livros, geralmente, são levados para casa, de modo a serem apreciados com atenção e, em seguida, as percepções sobre o material são trocadas pelos professores em momentos coletivos, como reuniões pedagógicas, intervalos, etc., ou em conversas rápidas no corredor, na entrada ou saída dos alunos.

Depois da análise individual dos livros, a coordenação destina, no mínimo, um encontro coletivo para a escolha do livro didático. Das EEB assistidas (nove), em duas delas (2/9) houve duas reuniões pedagógicas para a escolha de LD.

Em geral, esses encontros reúnem todos os professores dos anos iniciais do ensino fundamental da escola e destinam-se à escolha de livros didáticos para os componentes curriculares de: História Geral e Regional; Geografia Geral e Regional; Matemática e Alfabetização Matemática; Língua Portuguesa e Alfabetização e Letramento; e Ciências.

Em quatro das nove escolas (4/9) nas quais acompanhamos o processo de escolha dos materiais, a reunião pedagógica foi organizada da seguinte maneira: os LD eram separados por ano e componente curricular em mesas diferentes, mas em uma mesma sala. Essa sala geralmente era a sala dos professores ou a biblioteca, por dispor de maior espaço para esse tipo de atividade. Nessas escolas, os professores de todos os anos sugeriam os livros que preferiam em detrimento dos demais, apontavam os limites de alguns LD e enfatizavam os aspectos positivos de outros e, depois de algumas discussões, elegiam as coleções didáticas.

Em outras duas escolas (2/9), a coordenadora pedagógica adotou um procedimento diferente para a escolha dos materiais. O mecanismo utilizado foi organizar os professores em salas distintas, de acordo com os anos em que esses profissionais atuavam. Assim, os professores que atuam nos anos 1º, 2º e 3º ficaram em uma sala para escolher os LD de Alfabetização e Letramento e Alfabetização Matemática e, na outra sala, professores que atuam nos anos 4º e 5º para escolherem LD para todos os componentes curriculares.

Essa organização nos chamou a atenção, pois, para o 1º ano, o PNLD distribui livros didáticos apenas para Alfabetização e Letramento e Alfabetização Matemática, porém, para os demais anos, o programa distribui livros para todos os componentes curriculares, sendo fundamental a opinião de todos os professores envolvidos. Mas, conforme a organização do processo de escolha dessas escolas, pudemos observar que são os professores dos anos 4º e 5º os responsáveis pela escolha dos livros didáticos de História, Geografia, Ciências, Língua Portuguesa e Matemática. Ou seja, os professores dos anos 1º, 2º e 3º *abrem mão* da sua participação no processo de escolha, pois concedem aos outros colegas o poder de decisão quanto aos LD a serem escolhidos. Isso pode ser explicado pela fala de alguns professores quando mencionam que:

Prof. A: Vocês escolhem (se referindo aos professores dos anos 4º e 5º) porque são vocês que trabalham os conteúdos desses componentes curriculares, pois nós, dos

primeiros anos, focamos só na Alfabetização e na Matemática. Não usamos o livro para os outros componentes curriculares.

Esse argumento também foi utilizado pelos professores em outras escolas. Observamos que, mesmo naquelas escolas em que todos os professores estavam reunidos no mesmo ambiente físico para realizar a escolha do livro didático, os professores dos anos 4º e 5º são os que analisam os livros de todos os componentes curriculares e decidem quais as coleções didáticas a serem escolhidas pela escola.

Em três escolas (3/9), dado o número inexpressivo de livros recebidos, a coordenadora pedagógica não fez agrupamentos e/ou classificações dos livros. Nas reuniões pedagógicas dessas escolas, destinadas à escolha dos livros, os professores analisavam os materiais e trocavam ideias entre eles até chegarem ao consenso coletivo quanto às coleções didáticas escolhidas para cada componente curricular como primeira e segunda opção.

Constatamos, a partir do acompanhamento nas escolas, que no momento da escolha de livros didáticos pelos professores a prioridade de escolha é dos livros didáticos dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática. Os comentários que os professores fazem das obras, na maioria das vezes, é sobre os livros desses componentes. A prioridade a esses livros reafirma a valorização predominante desses componentes frente às demais disciplinas escolares.

Nas escolas assistidas, em nenhuma delas, os Guias de Livros Didáticos estavam presentes no momento da escolha e, ao questionarmos sobre eles, a coordenação e os professores tiveram dúvidas em falar sobre do que tratavam esses documentos. Muitas coordenadoras confundem o Guia com os catálogos que são distribuídos pelas editoras. Em algumas ocasiões, pudemos mostrar o Guia, falar sobre as resenhas das coleções didáticas de Ciências, mas percebemos que os professores preferem e valorizam o contato direto com o livro didático.

Esse contato direto com o LD elucidava que apenas o Guia do Livro Didático não é suporte suficiente para o processo de escolha dos livros. Os professores consideram fundamental a manipulação do LD a ser escolhido, pois essa ação permite criar elementos para a escolha, analisar se o livro atende à natureza do conteúdo que ensina e se os objetos de ensino desse conteúdo estão de acordo com as características dos seus alunos e da escola.

Na edição do PNL D 2013, além do Guia, os professores também tinham outra ferramenta de suporte para o processo de escolha: um *hiperlink* de acesso a cada obra na sua totalidade ou parcialidade (BRASIL, 2012). A coordenação pedagógica e os professores desconheciam essa nova ferramenta, porque essa informação estava expressa no Guia e, como este não era levado em consideração no processo de escolha, os professores não tiveram acesso a ela.

Sobre a análise que os professores fazem dos materiais, observamos a valorização dos aspectos gráficos do livro, como tipos de textos, figuras e ilustrações, tamanho das letras, conteúdos tratados etc.

Prof. D: Os LD de Ciências são sempre um problema, porque os livros não correspondem aos conteúdos que trabalhamos naquele ano. O conteúdo do 3º ano está no 4º e sucessivamente.

Prof. B: As gravuras, as imagens são importantes para o aluno ver e entender, têm que ser grandes, bonitas [...].

Prof. F: A letra nos livros de Ciências para o 2º ano deveria ser bastão também.

Prof. H: Muitos livros têm textos muito extensos, difíceis de trabalhar. O aluno não consegue acompanhar.

Porém, pudemos observar que prevalecem os aspectos gráficos em detrimento do conteúdo, esses aspectos são os mais considerados na avaliação do material pelo professor, principalmente nos livros de Ciências. Percebemos que os professores procuram livros que apresentem diversos tipos de textos, em especial textos pequenos. As ilustrações e imagens também são bastante analisadas, elas devem ser grandes, de fácil interpretação para os alunos e coloridas.

Núñez *et al.* (2003) reconhecem o papel das ilustrações nos livros de Ciências para as crianças, pois as ilustrações são um recurso que facilita a aprendizagem dos conhecimentos, mas os autores alertam para o fato de que, além da presença e da qualidade da imagem, deve ser considerada a relação entre o texto escrito e as figuras, não privilegiando as segundas em detrimento do primeiro.

Lima e Silva (2010) também observaram o predomínio desse critério no processo de escolha de livros didáticos de Química. Segundo elas, a linguagem e a diagramação são os critérios mais utilizados pelos professores no momento da escolha dos livros.

Outro aspecto que merece destaque, no processo de escolha de livro didático do PNL D 2013 nas escolas que acompanhamos, foi a forte presença das editoras, nas escolas e/ou espaços da Secretaria, promovendo palestras e encontros com autores de livros didáticos. Identificamos a presença ativa de três editoras na cidade de Santa Maria/RS, em especial uma delas, que ofereceu mais de uma palestra com autores de livros didáticos. O interessante é que essas palestras eram promovidas junto à Secretaria Municipal de Educação, uma vez que o convite partia dessa entidade para as escolas.

Em todas as Escolas de Educação Básica que visitamos, os professores fizeram menção a essas palestras e mostraram-se entusiasmados com os livros da editora em questão. Notamos, também, que os autores que palestraram eram das áreas de Língua Portuguesa (Alfabetização e Letramento) e de Matemática. No entanto, os professores escolheram essa mesma coleção para todos os outros componentes curriculares, visto a orientação da SMED/SMA.

No caso particular das Ciências Naturais, cinco (5/9) das escolas que acompanhamos optaram por essa coleção como 1ª opção, duas (2/9) como 2ª opção e apenas duas (2/9) escolas não escolheram os LD dessa coleção. Contudo, a partir da consulta realizada no site do FNDE sobre os livros didáticos de Ciências recebidos pelas EEB de Santa Maria/RS, constatamos que, do universo potencial de 44 escolas, 22 receberam a coleção em questão, sendo o restante (22 escolas) distribuído entre outras sete coleções.

Essa constatação mostra que a ação dessa editora influenciou a escolha dos professores. Além disso, esse acontecimento também evidencia o descumprimento da Portaria do MEC nº 07 de 05 de abril de 2007, que regulamenta as normas de conduta no âmbito de execução do PNL D. Dentre as normas, está a seguinte proibição aos titulares de Direitos Autorais ou aos seus representantes (Art. 3, § 3º), cujas obras inscritas foram selecionadas:

XVIII - realizar pessoalmente a divulgação ou entrega de qualquer material de divulgação dos livros, diretamente nas Escolas, após a publicação do resultado da avaliação ou a divulgação dos guias de escolha pelo MEC/FNDE, até o final do período de escolha pela internet e pelo formulário impresso, sendo permitida, durante esse período, a divulgação pelo envio de livros, catálogos, folders e outros materiais, exclusivamente por remessa postal, definida como a entrega de materiais de forma impessoal, pelos Correios ou forma equivalente, sem a presença do Editor ou seu preposto ou outrem com vínculo funcional evidente com o Titular de Direito Autoral;

IX - realizar orientação pedagógica nas Escolas ou Secretarias de Educação, após a publicação do resultado da avaliação ou a divulgação dos guias de escolha pelo

MEC/FNDE até o final do período de escolha pela internet e pelo formulário impresso (BRASIL, 2007).

E, quanto às Secretarias de Educação, a mesma resolução estabelece, entre outras obrigações, que estas devem “impedir a participação dos Titulares de Direitos Autorais, autores, ou de seus representantes, nos eventos promovidos pelas Secretarias de Educação relativos à escolha de livros” e não disponibilizar o espaço público para a realização de eventos promovidos por esses agentes relacionados aos Programas do Livro (Art. 3, § 4º).

Além dessas constatações, observamos o pouco tempo destinado à análise e escolha dos livros didáticos. No caso específico do PNLD 2013, o resultado da avaliação dos livros didáticos aprovados pelo PNLD foi publicado no Diário Oficial da União no final do mês de março de 2012. As escolas começaram a receber os LD entre os meses de abril e maio. Os Guias de Livros Didáticos chegaram às escolas no final do mês de maio e o processo de escolha, no site do FNDE, encerrou-se na primeira quinzena de junho. Ou seja, houve tempo inadequado para as escolas organizarem mecanismos para uma escolha criteriosa e consciente dos livros. Além disso, há outro agravante, que se refere ao fato de que nem todos os livros recomendados pelo PNLD chegam às escolas, o que dificulta a avaliação dos livros e, conseqüentemente, a escolha, pois os professores vão se apoiar nos materiais que a escola recebeu, limitando suas opções de escolha.

O tempo de avaliação e escolha de LD na escola é um fator que precisa ser aprimorado pelo MEC. O período que há entre o recebimento dos Guias de Livro Didático pelas escolas e o envio da escolha ao FNDE é insuficiente e compromete a qualidade do processo de escolha de livro didático. Para que esse processo seja um momento democrático de decisão nas escolas, que envolva os professores e que considere o Guia como um documento que subsidie o professor nessa tarefa, é fundamental um período maior e adequado para análise e escolha dos livros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após quase três décadas de implementação da política de livros didáticos no Brasil, o Programa Nacional do Livro Didático se consolidou como uma política de Estado que avalia, adquire e distribui materiais didáticos para todo o território brasileiro. Nesse período, muitas mudanças permitiram o aprimoramento do programa e a qualidade dos livros didáticos. Paulatinamente, os professores estão tomando consciência do seu papel no processo de escolha desses materiais. Decorrente disso, é inegável não reconhecer a eficácia dessa política no Brasil.

Diversas pesquisas acadêmicas sobre o PNLD e o livro didático têm evidenciado elementos de mudança e de limitações da política, bem como do material, o que nos permite continuar estudando tanto a política educacional de materiais didáticos quanto o próprio livro didático no que se refere aos aspectos conceituais, metodológicos e gráficos.

Neste trabalho, com foco no processo de escolha de livros didáticos para os anos iniciais do Ensino Fundamental, os resultados subtraídos permitiram concluir que, no contexto estudado, os professores fazem pouco uso do Guia do Livro Didático no momento da escolha. Segundo nossa análise, isso se deve ao desconhecimento do material ou ao envio tardio do Guia às escolas. Além disso, constatamos que: (1) as escolas organizaram, no mínimo, um encontro/reunião coletivo para a escolha dos livros didáticos; (2) foram os professores dos anos 4º e 5º que escolheram os livros didáticos de Ciências a serem adotados/utilizados por toda a escola; (3) os professores elegem critérios próprios de escolha dos livros, tais como: presença de textos de fácil compreensão, existência de muitas figuras e

ilustrações, livros que atendem aos conteúdos do programa curricular de ensino; (4) um fator preponderante na seleção dos livros foi a forte presença de uma determinada editora, que influenciou a escolha dos professores.

Assim, podemos concluir que ainda se faz necessário mais incentivo ao processo de escolha de livro didático, tanto do governo federal, no sentido de explicitar os critérios de avaliação do MEC de forma a aproximar a avaliação realizada pelos avaliadores dos critérios elegidos pelos professores, quanto da escola, no sentido de organizar e propiciar espaço e condições para a realização de uma escolha criteriosa que atenda, de fato, aos interesses e necessidades dos principais sujeitos envolvidos nesse processo: professores e alunos.

REFERÊNCIAS

BASSO, Lucimara D. P.; CAMPOS, Franciele M.; RODRIGUES, Larissa. Z. Programas governamentais de distribuição de livros, em foco o PNLD. In: *Seminário ANPAE Região Sul: Gestão e Políticas de Educação: Desafios Atuais*. Pelotas, 2012. Anais... Pelotas: UFPel, 2012, pp.1-11.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 07 de 05 de abril de 2007. *Dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução dos Programas do Livro*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasil, Seção 1, n. 67, p. 67, 09 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/portarias/item/3542-portaria-n%C2%BA-7-de-5-de-abril-de-2007>>. Acesso em nov. 2013.

CASSIANO, Celia C. de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985 a 2007)*. 2007. 252p. Tese – Curso de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DEL POZZO, Lucimara. *As atividades experimentais nas avaliações dos livros didáticos de Ciências do PNLD 2010*. 2010. 150p. Dissertação – Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução de Joice Elias Costa. 3 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUMAGALLI, Laura. O Ensino das Ciências Naturais no Nível Fundamental da Educação Formal: Argumentos a seu Favor. In: WEISSMANN, Hilda (org.). *Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões*. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LIMA, Maria E. C. de Castro; SILVA, Penha S. Critérios que os professores de Química apontam como orientadores da escolha do livro didático. In: *Ensaio*, v.12, n.2. pp.121-136, 2010.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. In: *Revista Brasileira de História e Educação*. Campinas, v.12, n.3, pp.179-197, 2012.

NÚÑEZ, Isauro Beltrán. *et al.* A seleção dos livros didáticos: um saber necessário ao professor. O caso do ensino de Ciências. *Revista Iberoamericana de Educación*, pp.1-12,

2003. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/427Beltran.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

RANGEL, Egon de Oliveira. Avaliar para melhor usar: avaliação e seleção de materiais didáticos e livros didáticos. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Materiais didáticos: escolha e uso*. Boletim 14, Agosto de 2005. Brasília, 2005. Disponível em <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151007MateriaisDidaticos.pdf>>. Acesso em: mar.14.

ROJO, Roxane. Livros em sala de aula: modo de usar. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Materiais didáticos: escolha e uso*. Boletim 14, Agosto de 2005. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151007MateriaisDidaticos.pdf>>. Acesso em: mar.14.

_____. O livro didático de língua portuguesa. In: BRASIL. Ministério da Educação. *O livro didático em questão*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/161240LivroDidatico.pdf>> Acesso em: mar.14.

TOLENTINO NETO, Luiz Caldeira. *O processo de escolha do livro didático de ciências por professores de 1a a 4a séries*. 2003. 103p. Mestrado – Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ZAMBON, Luciana B., TERRAZZAN, Eduardo. A. Políticas de material didático no Brasil: organização dos processos de escolha de livros didáticos em escolas públicas de educação básica. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 2013, v.94, n.237, pp.585-602. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/2779/1935>>. Acesso em: nov.2013.

LUCIMARA DEL POZZO BASSO

Licenciada em Pedagogia, Mestre em Educação, ex-aluna do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS). Contato: lu_pozzo@yahoo.com.br

EDUARDO A. TERRAZZAN

Professor Associado do Departamento de Metodologia do Ensino do Centro de Educação da UFSM. Possui estudos de pós-doutorado em Educação pela UNICAMP, Doutorado em Educação pela USP, Mestrado em Ensino de Ciências pela USP e Graduação em Física pela USP. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Intervenções “Inovação Educacional, Práticas Educativas e Formação de Professores (Gepi IE)”. Contato: eduterranec@ymail.com

AGRADECIMENTO: FAPERGS/CAPES, pelo apoio financeiro.